

A DESCENSÃO DE MARIA

Ivo Castro
Universidade de Lisboa

1. Para se apreciar convenientemente as tendências e os gostos que dominam a atribuição do nome próprio em Portugal, haveria que ter em conta um quadro geral que é bastante difícil de observar. A falta de instrumentos e de estudos deixam-nos, neste domínio que tem sido muito negligenciado em Portugal, reduzidos a algumas impressões gerais, baseadas tanto na intuição como em recolhas superficiais, quanto às características do inventário, da distribuição e das estatísticas da antroponímia portuguesa. Mas é possível (e essa é a primeira das intuições) que um estudo fundamentado chegasse a conclusões pouco diferentes daquilo que nos parece acontecer, daquilo que a história moderna e o comportamento da sociedade tornam aceitável: durante os anos em que os adultos de hoje nasceram e receberam nome, a sociedade portuguesa apresentava-se como etnicamente homogénea, politicamente estável, cultural e economicamente parada e assumidamente católica e conservadora. Refiro-me, está claro, a um estado de coisas que se começou a modificar rapidamente nos anos 70 com a mudança de regime político, com a descolonização africana e com a adesão à União Europeia: Portugal tornou-se, pela primeira vez, país que acolhe imigrantes estrangeiros, vindos de países de língua portuguesa ou, recentissimamente, de eslavos que em poucos meses dominam a língua, garantindo uma certa homogeneidade linguística em troca da étnica; os modelos culturais e religiosos foram substituídos ou simplesmente abandonados, etc. Muitas das transformações em curso são com certeza epidérmicas e desaparecerão sem rasto. Estarão entre elas as modas onomásticas?

2. Quando folheio a lista dos telefones de rede fixa de Lisboa, sinto que estou perante uma instituição burguesa cujas raízes vêm de um tempo anterior às mutações actuais. Nela figuram as empresas e os departamentos do poder, mas também, e principalmente, muitas pessoas particulares que constituem a espinha dorsal de uma sociedade que não seja invertebrada: são pessoas que habitam a capital (não

Ivo Castro

a província, nem a periferia de Lisboa), que têm casa permanente e telefone ligado à parede por um fio, são de meia idade (se fossem jovens, provavelmente teriam apenas telefones portáteis e estariam ausentes desta lista): são pessoas que representam, em suma, as classes médias do país, aquelas que possuem e exibem os gostos e as mentalidades estabelecidas. Não estamos mais no tempo em que as redes telefónicas eram minúsculas e a condessa de Noailles, quando queria falar com Jean Cocteau, o que fazia todos os dias e longamente, pedia à menina da companhia telefónica que ligasse para casa do senhor Cocteau; não precisava de saber o número, porque os assinantes eram poucos e bem conhecidos. E em que as meninas do telefone também eram familiares aos assinantes: de outro modo nunca se teria gerado em Londres a opinião comum de que Kathleen Ferrier tinha uma voz lindíssima e era mal empregada a atender telefonemas, e o mundo não teria ganho uma grande cantora. Possuir hoje um telefone fixo pouco tem a ver com essa época anterior à democratização dos meios de comunicação, mas não deixa de ter algo de conservador. Na lista dos telefones encontramos as marcas de um tempo que já foi feito há algum tempo e contra o qual se definem as inovações.

3. Usando, portanto, a mais recente lista dos telefones da cidade de Lisboa (que não inclui a chamada Grande Lisboa), apurei os nomes próprios mais frequentes que aparecem associados aos apelidos mais frequentes (*Silva, Santos, Ferreira e Costa*, por esta ordem) e obtive um quadro do «statu quo ante», a partir do qual se podem constatar várias coisas previsíveis:

- a) Os nomes mais frequentes não são privativos de determinado apelido, mas repetem-se mais ou menos com a mesma distribuição nos diversos apelidos, sinal de que a atribuição do nome próprio não é condicionada por eles; e, ao mesmo tempo, confirmação da importância relativa de cada nome;

Statu quo ante

	+ silva	+ santos	+ ferreira	+ costa	total
maria	1515	1321	858	737	4431
josé	788	600	433	362	2183
antónio	609	490	346	184	1529
manuel	376	287	185	188	1036
joão	340	282	161	123	906
carlos	277	211	151	109	748
fernando	244	186	115	130	675
luis	195	166	90	84	535
joaquim	195	137	88	91	511
ana	175	150	79	83	487
mário	117	96	69	42	324
vítor	107	91	60	37	295

A Descensão de Maria

	+ silva	+ santos	+ ferreira	+ costa	total
francisco	94	83	50	62	289
jorge	113	68	56	43	280
rui	70	59	45	45	219
pedro	82	47	40	35	204
armando	81	54	40	22	187
isabel	65	45	36	26	172
alberto	52	38	39	32	161
eduardo	59	40	33	26	158
artur	55	44	30	22	151
paulo	54	45	27	25	151
álvaro	33	48	22	14	151
alfredo	56	49	24	21	150
henrique	45	39	24	16	124
rosa	56	26	24	15	121
augusto	39	34	21	26	120
américo	41	36	20	19	116
miguel	46	24	18	15	113
nuno	42	29	24	13	108
júlio	40	33	19	14	106
jaimé	38	30	18	19	105
fernanda	36	33	18	15	102
raúl	30	32	22	14	98
domingos	30	12	10	7	59

- b) O nome de longe mais abundante é o de *Maria*, sendo muitas vezes usado sozinho, mas muitas mais como determinado em sintagmas do tipo *Maria da Piedade*, *Maria do Socorro* ou *Maria de Fátima*, que podem ser entendidos como evocações marianas, ou em conjugação com outros nomes próprios (*Maria Isabel*, *Maria Teresa*, *Maria Helena*); visto que não existe em Portugal o hábito de suprimir *Maria* do nome corrente da mulher, como se faz em Espanha, o nome ganha assim uma evidência maior.
- c) As frequências mais elevadas correspondem todas elas a nomes de inspiração religiosa: *Maria*, *José*, *António*, *Manuel*, *João*, *Carlos*, *Fernando*, *Luis*, *Ana*.

Em registo assumidamente subjectivo, não tenho a menor dificuldade em aceitar esta lista como um espelho do que é o nome próprio dos portugueses adultos de classe média urbana. Iria até mais longe: na lista completa dos nomes próprios que acompanham *Silva*, a mesma impressão é causada pelo seu conjunto, pois é preciso chegar a nomes de frequência muito baixa, 3 ou inferior, para se encontrar uma série de nomes que causam alguma

Ivo Castro

estranheza, pois são formas masculinas de nomes femininos bem divulgados: *Filomeno, Cristino, Deolindo, Guilhermino, Idalino, Ermelindo*.

4. Chamei a isto o «statu quo ante». Como evoluirá ele, ou melhor, como está evoluindo nas gerações mais novas? Não basta dizer que estas gerações já não são *baptizadas*, mas *registadas* civilmente, embora a laicização do nome próprio seja uma das reconhecidas tendências do tempo actual.

Há motivos para pensar que, em Portugal, existe um *gosto dominante* que não coincide mais com o evidenciado nas listas telefónicas, mas não rompe completamente com ele, preferindo promover a posições de topo nomes que já figuravam em posições intermédias; mudando a distribuição, mas mantendo o inventário. E existem, face a esse gosto dominante, tentativas de *inovação desviante* que, nas circunstâncias actuais, têm tido relativamente pouca influência na transfiguração do panorama onomástico.

5. As circunstâncias actuais resumem-se na prática ao Código do Registo Civil (1995), cujo artigo 103.º define as regras da composição do nome dos cidadãos portugueses. O nome próprio não pode ocupar mais de dois vocábulos gramaticais, mas admitem-se formações compósitas do tipo *Maria de São José*. O nome próprio tem de se conformar com as normas ortográfica e fonética; a adaptação de nomes estrangeiros a essas normas não é interdita, mas tem de estar lexicalizada, isto é, tem de dispor de tradição atestada na língua: assim, a forma *Ardingue* é aceite como adaptação do nome inglês *Harding* pois está atestada em várias gerações da mesma família e a forma *Aron* é aceite, ao lado do mais frequente *Aarão*, pois se acha documentada no português medieval (embora se possa discutir a terminação nasal). Mas *Allessandro* não é aceite, nem *Allen*, a que se prefere *Alen*. Os nomes estrangeiros podem conservar a sua forma originária desde que o registando não seja português, um dos seus pais não o seja ou ele tenha nascido no estrangeiro. Desta forma, os filhos de emigrantes portugueses podem usar nomes dos países onde nasceram e, provavelmente, serão autorizados a transmitir esses nomes aos seus filhos. Uma medida legal semelhante foi tomada no ano passado (2001), a pensar nas crescentes comunidades islâmicas e hindús, permitindo que uma criança seja registada com nomes não-portugueses inspirados na religião dos pais; para evitar bizarras gráficas, não se exige a adaptação desses nomes à norma portuguesa (*Ajit, Darshil, Dikshita, Dineshchandra, Jaiantcumar, Mahendra, Pruthviraj*). Não é negligenciável o poder diversificador do panorama onomástico que estas possibilidades legais abrem.

Mas apesar disso, os condicionalismos criados pelo Código do Registo Civil são bastante fortes e pouco propícios a uma evolução acelerada. A população conforma-se com eles quase unanimemente: de facto, os mecanismos de recurso contra uma recusa do Registo Civil, que se acham implantados desde 1950, apenas foram utilizados umas quatro mil vezes nestes 50 anos, para a totalidade do país. Quer isto dizer que a maioria dos registos feitos em meio século em Portugal foram pacíficos, porque repetiam nomes já existentes ou inovavam dentro dos estreitos limites permiti-

dos pela lei. Apenas uns oitenta registos por ano tiveram evolução contenciosa; é possível que uma maior quantidade de registos se juntasse a estes para formar o corpo das inovações desviantes, mas deles não ficou vestígio por ter sido acatada a recusa inicial das autoridades. Seja como for, mantém-se a ideia de que são poucos os pais que vão contra o gosto dominante.

6. As intenções inovadoras, que ficaram pelo caminho, podem organizar-se nos seguintes grupos:

- a) nomes estrangeiros em forma originária (*Annie, Idriss*): neste tipo integram-se também todos os nomes grafados com K, W e Y, letras que não pertencem ao alfabeto português, mas que estão presentes por toda a parte; é natural que a resistência a estas grafias exógenas se esbata com o tempo;
- b) combinações fantasiosas de partes de nomes existentes (*Dilarmando*, onde se reconhece *Dília* e *Armando*, *Elisângela*, resultante de *Elisa* (ou *Elisio*) e *Ângela*, *Favarte*, resultante não sei de quê): estes exemplos não devem fazer esquecer que na língua portuguesa, protegidas pela patine, se acham numerosas formações deste tipo, tão familiares que nos fazem perder a consciência dos seus componentes (p. ex. *Gracelinda*, *Graciela*, *Gracilda* ou *Mariberta*, *Mariema*, *Marilda*, *Mariluz*); levanta-se assim a delicada questão de saber se este processo de criação, ou reciclagem onomástica, que foi usado em Portugal e continua bem activo no Brasil, tem sido interdito com base no dispositivo legal ou no gosto dominante português, que neste caso-teste revela as suas profundas diferenças com o gosto brasileiro;
- c) hipocorísticos (*Bibi*, *Guto*, *Lena*): correspondem ao desejo de transferir denominações do ambiente privado e familiar para o público e oficial; contra formações deste tipo, pode argumentar-se que o Estado não trata os seus cidadãos por meio de *petit-noms*.
- d) formações graficamente defeituosas (*Bauduino*, *Jassufina*): é difícil determinar se na origem destes nomes estão erros de pronúncia de *Baldulno* e *Josefina*, ou se houve a intenção de ornamentar o nome, como se verifica no Brasil; aí, é possível encontrar a multiplicação das variantes gráficas ou fonéticas de um mesmo nome: *Rosemary*, *Rosemeire*, *Rosemere*, *Rosemery*, *Rosimeire*, *Rosimere*, *Rosimeri*, *Rozemeire*.
- e) substantivos ou adjectivos comuns (*Bonança*, *Homem*, *Magnífica*, *Nivea*, *Ovnis*): em relação a este tipo, é preciso observar que houve épocas em que a aceitação de nomes comuns como nome próprio foi pacífica. Leite de Vasconcelos (*Antropontmia Portuguesa*, 1928, 88-9) recorda que após a revolução de 5 de Outubro de 1910, que implantou a república em Portugal, certos pais baptizaram as suas filhas com nomes comuns como *Aurora da Liberdade*, *Aurora de Cinco de Outubro*, *Nova Pátria* ou *Outubrina*; por mais discutíveis e episódicas que sejam estas novidades, a verdade é que o uso de *Aurora*, e de outros substantivos abstractos, nunca foi posto em causa, aspecto que deveria ser analisado de perto.

Ivo Castro

f) apelidos (*Alvares, Barbosa, Salazar*) e topónimos (*Lisboa, Portugal, Vilnius*): em relação a estes dois tipos, que junto por facilidade, reconhece-se uma mesma intenção evocadora e de homenagem de personagens e de lugares. Não há tradição em Portugal de colocar tais nomes em primeira posição, como se pretendeu nestes casos. O lugar do segundo nome próprio é o habitualmente reservado a este tipo de evocações, sejam religiosas, culturais ou familiares, e pode por isso ser ocupado por topónimos ou apelidos. É conforme com isto a prática de reproduzir o nome completo do homenageado (*Francisco Xavier, Francisco de Borja, Tomás de Aquino, Vitor Hugo*) de forma a ocupar os dois nomes próprios; esta prática tradicional continua viva em Portugal, como ilustra o registo recente de um menino chamado *Luis Figo*, seguido dos apelidos familiares.

Estes são os principais tipos de inovações desviantes em que as pressões da internacionalização, a falta de gosto, a ignorância e o anacronismo se aliam para forçar, quase sempre sem êxito, os portões da norma linguística. Mas seria errado pensar que, no caso do português europeu, os impulsos inovadores constituem apenas uma espécie de barbárie que vive fora das muralhas da cidade.

7. Para vermos melhor este aspecto, vamos confrontar a lista do «statu quo» com algumas pequenas listas sobre cuja representatividade tenho algumas dúvidas, mas que tenho sido forçado a utilizar em outras ocasiões (p. ex., Castro, Marquilhas, Albino, *Tempo da Língua*, Lisboa, Inst. Camões, 2001). Sugerem elas quais são os nomes masculinos e femininos mais frequentemente usados nos registos de uma conservatória de Lisboa durante as décadas de 1960 a 1990.

nomes masculinos			
1960	1970	1980	1990
josé	paulo	ricardo	joão
antónio	josé	pedro	tiago
joão	joão	nuno	andré
luis	luis	joão	pedro
carlos	carlos	bruno	ricardo
pedro	antónio	carlos	diogo
paulo	rui	paulo	fábio
fernando	pedro	rui	nuno
manuel	nuno	hugo / luis	bruno
rui	jorge	tiago	miguel

nomes femininos			
1960	1970	1980	1990
maria	maria	ana	ana
ana	ana	carla	joana
isabel	carla	sónia	sara
anabela	paula	sandra	andreaia
teresa	sandra	cláudia	cátia
helena	isabel	susana	inês
crístina	anabela	andreaia	catarina
elisabete	elisabete	patrícia	cláudia
fernanda	elsa	marta	vanessa
lúísa	cátia	maria	

A primeira observação que se pode fazer é a da grande coincidência entre os dados da lista telefónica e as listas de 1960, ou seja entre os assinantes da rede fixa de Lisboa e a população lisboeta que hoje tem quarenta anos ou mais: os nomes femininos mais frequentes são *Maria*, *Ana* e *Isabel* em ambas as listas, enquanto os primeiros sete nomes masculinos são os mesmos, quase pela mesma ordem. As divergências são:

Anabela, cuja posição elevada em 1960 e 1970, depois perdida, contrasta com uma modesta frequência 17 na lista telefónica;

Manuel, que na lista telefónica ocupa a terceira posição masculina, está em nona posição em 1960 e desaparece das listas seguintes, em nítida perda de favor;

Pedro e *Paulo* estão melhor na lista de 1960 que na lista telefónica e mantêm-se em posição ascendente nas décadas seguintes.

Se nos limitarmos agora a comparar entre si as listas de décadas, também encontramos alguns sinais interessantes, que precisariam de ser confirmados por exames mais substanciosos. A decadência de *Manuel* é acompanhada pela de *António* e *Fernando*, que desaparecem na década de 70, fenómeno que afecta igualmente nomes femininos como *Isabel*, *Teresa* e *Helena*. Como compensação, é nos mesmos anos 70 que ascendem ao primeiro plano nomes femininos de moda, como *Carla*, *Sandra*, *Cátia*, seguidos na década seguinte por *Sónia*, *Andreaia*, e nos anos 90 pela tipificadora *Vanessa*. Nos nomes masculinos, ascensão paralela é registada por *Nuno*, *Bruno*, *Hugo* (que fazem pensar numa motivação de sonoridades), *Ricardo* e *Tiago*.

Não tentarei interpretar as razões de todos estes movimentos, nem os materiais disponíveis aconselham generalizações que seriam arriscadas, quer fossem obtidas no quadro de uma análise linguística, quer naquele que seria talvez mais adequado, o sociológico. Mas há um movimento concreto que talvez não precise de qualquer explicação suplementar, tão eloquente e emblemático ele se manifesta nestes quadros. Refiro-me evidentemente ao desaparecimento, súbito e brutal, entre os anos 70 e os 80, dos nomes *Maria* e *José*.